

A incontrollabilidade do capital e sua globalização*

ISTVÁN MÉSZÁROS

Vivemos em uma época histórica sem precedentes. Podemos ter uma idéia de sua gravidade considerando o fato de que não estamos perante uma crise cíclica, mais ou menos vasta, do capitalismo – como aconteceu no passado —, mas perante uma crise estrutural sempre mais profunda do próprio sistema do capital. E enquanto tal, essa crise atinge – pela primeira vez na história – toda a humanidade e exige mudanças fundamentais na maneira como o metabolismo social é controlado, se quisermos que o gênero humano sobreviva.

Alguns aspectos constitutivos do sistema de capital (como o capital monetário e mercantil, e a produção esporádica de mercadorias) remontam a milhares de anos atrás. Mas então se tratava de elementos subordinados aos sistemas específicos de controle do metabolismo social que prevaleciam naquele período, como os modos de produção e distribuição do escravismo e do feudalismo. Somente nos últimos séculos, em sua forma burguesa, o capital conseguiu afirmar seu domínio como “sistema orgânico” compreensível. Como diz Marx:

É preciso considerar que as novas forças de produção e as relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, não caem do céu ou do regaço da idéia, mas do interior e em antítese com o desenvolvimento existente da produção e com as relações de propriedade tradicionais herdadas. Não é o que acontece no sistema burguês realizado, quando qualquer relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma econômica burguesa, e tudo o que é dado, portanto, é também uma pressuposição. Isso acontece em qualquer sistema orgânico. Esse mesmo sistema orgânico, em sua totalidade, possui suas pressuposições e o seu desenvolvimento em sua totalidade consiste precisamente em subordinar a si mesmo todos os elementos da sociedade, ou criar, a partir dela, os órgãos que ainda lhe faltam. É dessa maneira que, historicamente, se torna uma totalidade.¹

Desse modo, libertando as componentes orgânicas antigas dos grilhões de sistemas orgânicos anteriores,

e demolindo as barreiras que impediam o desenvolvimento de algumas novas componentes vitais,² o capital, sob a forma de sistema orgânico abrangente, pôde impor sua supremacia nos últimos três séculos como produção generalizada de mercadorias. Reduzindo e degradando o ser humano à condição de simples “custo de produção”, como “força trabalhadora necessária”, o capital pôde até tratar o trabalho vivo como simples “mercadoria comerciável”, como todas as outras, sujeitando-o às determinações desumanas da necessidade econômica.

As formas precedentes de troca produtiva dos seres humanos, entre si e com a natureza, eram orientadas, em geral, para a produção com finalidade de uso, com um alto grau de auto-suficiência como sua determinação sistêmica. Isso as tornou extremamente vulneráveis perante os princípios reprodutivos definitivamente contrastantes do capital, que já eram operacionais, mesmo que em escala muito reduzida, dentro dos limites dos sistemas velhos. A razão disso é que nenhum dos elementos constitutivos do sistema orgânico de capital, que se desenvolvia com grande dinamismo, tinha necessidade (nem estava em condições) de se limitar às restrições estruturais da auto-suficiência. O capital, como sistema de controle do metabolismo social, podia surgir e triunfar sobre os seus antecedentes históricos abandonando qualquer consideração de necessidade humana, ligada às limitações de “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos – como pré-requisito absoluto de sua legitimidade em termos de objetivos de produção aceitáveis – os imperativos fetichistas do “valor de troca”, quantificável e em contínua expansão. É assim que a forma historicamente específica do sistema de capital – sua variante capitalista burguesa – teve origem. Ela teve que adotar o modo prevalentemente econômico de extração do sobretabalho como mais-valia estritamente quantificada – em contraste com as formas prevalentemente políticas de controle da extração do sobretabalho tanto pré-capitalista como pós-capitalista de tipo soviético – na medida em que, naquele então, era esse o método de longe mais dinâmico para a realização do imperativo de expansão do sistema vitorioso. Além disso, graças à circularidade perversa do sistema orgânico inteiramente realizado pelo capital – no qual “qualquer relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma

* Traduzido de *Globalizzazione e transizione* (Milão: Edizione Punto Rosso), pp. 17-30. Tradução de Giovanni Menegóz.

econômica burguesa” e onde “tudo o que é dado é, portanto, também um pressuposto” – o mundo do capital podia também avançar a pretensão de ser uma “gaiola de aço” à prova de ferrugem, da qual nem se podia e nem se devia contemplar a fuga.

De outro lado, a necessidade absoluta de satisfazer as exigências de uma expansão irrefreável – o segredo do avanço irresistível do capital – trazia consigo também uma limitação histórica insuperável que dizia respeito não somente à forma social e histórica específica do capitalismo burguês, mas também, em geral, à praticabilidade do sistema capitalista. Esse sistema de controle do metabolismo social, com efeito, tinha que impor sobre a sociedade a sua lógica expansionista cruel e irracional em última instância, despreocupada da devastação que provocava; ou tinha que adotar algumas restrições racionais que contradiziam diretamente sua determinação central de sistema expansionista irreprimível. O século XX assistiu a muitas tentativas fracassadas de superar as limitações sistêmicas do capital, desde o keynesismo ao intervencionismo de Estado de tipo soviético, com as explosões políticas e militares às quais deu origem. Não obstante isso, essas tentativas conseguiram produzir somente a hibridização do sistema de capital, com relação à sua forma econômica clássica – com implicações extremamente problemáticas para o futuro – mas não soluções estruturalmente praticáveis.

Sob esse aspecto, é altamente significativo que o sistema de capital não possa chegar a se finalizar como sistema global em sua forma propriamente capitalista. Esta é a verdade incômoda, não obstante todo o triunfalismo que nos últimos anos celebrou tanto as virtudes míticas de uma “sociedade de mercado” idealizada (para não falar do uso propagandista apologético que se fez do conceito totalmente fictício de “mercado social”), como do “fim da história” sob a hegemonia hoje não contestada dos princípios do capitalismo neoliberal. Em outras palavras, os desdobramentos capitalistas globais não conseguiram impor universalmente o modo prevalentemente econômico de extração e apropriação do sobretrabalho como mais-valia.

No século XX, como saída para essas dificuldades, o capital foi obrigado a reagir a crises sempre mais extensas (incluindo as duas guerras mundiais sem precedentes) aceitando a hibridização – na forma de uma sempre maior intervenção por parte do Estado no processo de reprodução sócio-econômica –, ignorando os perigos a longo prazo, para a praticabilidade do sistema, ligados ao remédio que vinha adotando. De forma

característica, entre os defensores acrílicos do sistema de capital prevaleceram tentativas de volta ao passado (com o grosseiro mau entendimento de Adam Smith). Da mesma forma, os representantes da “direita radical” continuam a fantasiar sobre uma “remoção das fronteiras do Estado” apesar de que, na realidade, se pode observar claramente uma tendência em sentido contrário, dada a incapacidade do sistema em garantir a expansão do capital em escala global sem a subministração de doses sempre maiores de “ajuda externa” (Marx) por parte do Estado, de uma forma ou de outra.

Reduzindo e degradando o ser humano à condição de simples “custo de produção”, como “força trabalhadora necessária”, o capital pôde até tratar o trabalho vivo como simples “mercadoria comerciável”, como todas as outras, sujeitando-o às determinações desumanas da necessidade econômica.

O capitalismo, hoje, pode ter predominado – mais ou menos – na ex-União Soviética e na Europa centro-oriental; mas é absolutamente errado descrever o estado atual do mundo como dominado por inteiro e com sucesso pelo capitalismo, apesar de que o mundo certamente se encontra sob o domínio do capital. Na China, por exemplo, o capitalismo conseguiu se estabelecer somente em alguns *enclaves* costeiros, deixando a grande maioria da população (isto é, mais de um bilhão de pessoas) fora desse quadro. E também naquelas áreas limitadas da China, nas quais prevalecem os princípios capitalistas, a extração econômica do sobretrabalho deve ser sustentada com pesados expedientes políticos para poder manter artificialmente baixo o custo do trabalho. O mesmo vale para a Índia (outro país com uma população imensa) que só é parcialmente administrada com sucesso por um metabolismo sócio-econômico regulado sob forma capitalista, enquanto que a grande maioria da população vive em condições, até hoje, muito diversas.³ Até na ex-União Soviética seria extremamente errado falar de sucesso

geral na restauração do capitalismo, não obstante a dedicação total demonstrada pela classe política dominante para esse compromisso, pelo menos a partir dos últimos 12 anos. Além disso, a “modernização” fracassada do assim chamado Terceiro Mundo, tentada seguindo as receitas propagandeadas por décadas pelos países avançados, destaca o fato de que massas imensas de homens – não somente na Ásia mas também na África e América Latina – não foram ainda conduzidas para a “terra prometida” do capitalismo neoliberal. O capital conseguiu se adaptar às pressões produzidas pelo fim de sua “ascensão histórica”, dando de ombros à própria fase progressista de desenvolvimento, e abandonando todas as mistificações ideológicas contrárias. É por isso que hoje, mais do que nunca, deveria ser óbvio que o objetivo de uma transformação socialista não pode ser somente o capitalismo, se quisermos alcançar um sucesso duradouro, mas o sistema do próprio capital.

Esse sistema, em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas, está (e deve permanecer) orientado para a expansão e empurrado pela acumulação.⁴ Naturalmente, não se trata de um processo que vise a satisfação sempre maior das necessidades humanas. Ao contrário, é a expansão do capital como fim a si mesmo que está a serviço de um sistema que não poderia sobreviver sem fundar continuamente seu poder em um “modo” extenso de reprodução. O sistema do capital é antagonico, em seu sentido mais profundo, devido à subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital. Este último usurpa totalmente – e deve sempre usurpar em todas as suas formas de “personificação” (Marx) – o poder da tomada de decisões. Esse antagonismo estrutural prevalece em toda parte, desde os “microcosmos” menores ao “macrocosmo” que delimita as estruturas e as relações reprodutivas mais abrangentes. É precisamente por causa desse antagonismo estrutural que o sistema de capital é – e deve sempre permanecer – irreformável e incontrolável. O fracasso histórico da social-democracia reformista fornece um testemunho eloqüente da impossibilidade de mudança gradual do sistema; e a crise estrutural sempre mais profunda, com todos os perigos que comporta para a sobrevivência da humanidade, põe claramente em relevo sua incontrolabilidade. Com efeito, é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais, necessárias para pôr remédio à situação, sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, seja nos microcosmos reprodutivos, seja no macrocosmo do sistema de capital, como modo de controle do metabolismo social em sua totalidade. A superação é possível somente se se

substitui o sistema de capital por uma forma radicalmente diversa de reprodução do metabolismo social, orientada em direção a um redimensionamento qualitativo e a uma sempre maior satisfação das necessidades humanas; ou seja, uma modalidade de troca humana controlada não por uma série de determinações materiais fetichistas, mas pelos próprios produtores associados.

O sistema de capital é caracterizado por uma tríplice fratura entre: 1) a produção e seu controle; 2) a produção e o consumo; 3) a produção e a circulação de mercadorias (seja interna ou internacional).

Conseqüentemente, é um sistema irremediavelmente centrífugo, no qual as partes, em conflito entre si e internamente antagonicas, marcham em direções contrárias.

Nas teorias formuladas no passado, no que concerne ao capital, os remédios em dimensão coesiva ausente foram conceitualizados de modo pretensioso. A partir de Adam Smith, com a “mão invisível”, cuja tarefa seria transformar as intervenções políticas por parte do Estado e de seus homens políticos – condenados por Smith como extremamente danosos – em totalmente supérfluas. Mais tarde, Kant ofereceu uma variação sobre o tema do “Espírito comercial” de Adam Smith, propondo a realização da política moral e (de forma bastante ingênua) esperando desse “Espírito comercial” não somente benefícios econômicos universalmente difusos mas também um reino politicamente louvável de “paz perpétua” no quadro de uma “liga das nações” harmoniosa. Mais adiante ainda, no ápice dessa linha de pensamento, Hegel introduziu a idéia da “astúcia da razão”, investindo-a de uma função muito parecida à da “mão invisível” de Adam Smith. Porém, em completa oposição com Smith – e refletindo a problemática, mais conflitiva, da época – Hegel atribuiu ao Estado-nação o papel totalizante/universal da razão nos negócios humanos, ridicularizando a esperança de Kant em um reino futuro de “paz perpétua”. Entretanto, também Hegel afirmava que “o Universal se encontra no Estado, em suas leis, em seus regulamentos universais e racionais. O Estado é a Idéia Divina da forma como existe nesta terra”,⁵ porque no mundo moderno “o Estado, como imagem e atualidade da Razão, se tornou objetivo”.⁶ Desse modo, até os maiores pensadores que formulavam esses problemas do ponto de vista do capital podiam oferecer somente soluções idealizadas pelas contradições de fundo; isto é, pela fratura tríplice e irremediável mencionada acima. Não obstante tudo isso, eles reconheceram, pelo

menos implicitamente, a existência dessas contradições, diversamente dos apologistas modernos do capital – como, por exemplo, os representantes da “direita radical” – que não admitiriam nunca que alguma coisa, em seu sistema predileto, precise de transformações substanciais.

Dada a característica dinâmica centrífuga de suas partes constituintes, o sistema de capital teve condição de encontrar somente uma dimensão coesiva – e muito problemática – na forma dos Estados nacionais. Estes últimos eram a realização concreta da estrutura de comando política, abrangente/totalizante, do capital, que se mostrou adequada a esse papel por todo o período de ascensão histórica do sistema. Porém, o fato de que essa dimensão coesiva reparadora tenha sido articulada historicamente na forma de Estados nacionais, não exatamente benevolentes e harmoniosos, ausentes de qualquer desejo de se conformar ao imperativo kantiano de “paz perpétua” por vir, significou que o Estado em sua atualidade é realmente “infectado pela contingência”⁷ de diversas maneiras:

1) porque, atualmente, uma guerra eventual seria totalmente destrutiva, e isso nega aos Estados nacionais a última possibilidade de resolver os antagonismos internacionais mais amplos na forma de uma outra conflagração geral;

2) porque o fim da ascensão histórica do capital pôs em relevo o desperdício e a destrutibilidade irracional do sistema também no plano da produção,⁸ intensificando assim a necessidade de garantir novos mercados aos produtos do capital através de uma dominação hegemônica imperialista, quando o modo tradicional de impô-la não pode mais ser considerado uma escolha facilmente realizável; não somente por razões estritamente militares, mas também por causa das implicações graves que passos como esses poderiam provocar em uma guerra comercial e global possível;

3) porque a contradição, oculta até pouco tempo atrás, entre o impulso expansionista irrefreável do capital (com tendência a uma plena integração global) e as suas formas-Estado articuladas historicamente – como Estados nacionais em concorrência entre si – se tornou hoje totalmente evidente, tornando clara não somente a destrutibilidade do sistema, mas também sua incontrolabilidade.

Não espanta, portanto, que o fim da ascensão histórica do capital no século XX tenha trazido consigo também a crise profunda de todas as suas formas-Estado conhecidas.

Hoje, como solução automática de todos os problemas e contradições possíveis, nos é oferecida a vara mágica da globalização. Essa solução nos é apresentada como uma grande novidade, como se essa questão da globalização tivesse surgido no horizonte histórico somente nos últimos dois decênios, com sua promessa de benevolência universal, correspondente ao outro conceito, recebido a seu tempo com o mesmo entusiasmo e reverência, da “mão invisível”. Entretanto, na realidade, o sistema de capital se movia inexoravelmente em direção à globalização desde o seu início. Porque, uma vez dada a incontenibilidade de suas partes constitutivas, era impensável que conseguisse se efetivar senão como sistema global. É por isso que o capital teve que procurar demolir todos os obstáculos que encontrava no caminho de seu pleno desenvolvimento; e é por causa disso que deve continuar a fazer a mesma coisa, até quando o seu sistema sobreviva.

Eis que agora se torna claramente visível uma enorme contradição. Em 1969, quando comecei a redação do livro *Beyond Capital* [Além do capital],⁹ tencionava publicá-lo em três volumes, sendo que o terceiro devia ter como título: *Contradictions of the Planetary Household* (Contradições da “casa comum” planetária). Com isso, eu queria sublinhar tanto a inexorabilidade da tendência à globalização como a sua impossibilidade de se realizar no quadro do próprio capital, dado o antagonismo estrutural desse sistema no controle do metabolismo social. A maior contradição com relação a tudo isso se manifesta no seguinte fato: enquanto o capital como sistema de reprodução econômico-social se movimenta – em nossos dias principalmente através da construção de companhias nacionais-transnacionais (e não multinacionais) gigantes – em direção a uma integração global (e, nesse sentido, real e substancialmente em direção à globalização), a configuração vital de “capital social total” ou “capital global” está até hoje completamente ausente de sua particular forma-Estado. É isso que contradiz claramente a determinação intrínseca do próprio sistema como inexoravelmente global e irrefreável. É precisamente a ausência necessária do “Estado do sistema de capital” como tal que demonstra a incapacidade do capital de levar a lógica objetiva da irrefreabilidade do sistema até suas conclusões últimas. Essa circunstância joga sobre as expectativas otimistas da “globalização” a sombra do fracasso, sem eliminar entretanto o verdadeiro problema, isto é, a necessidade de uma integração realmente global dos intercâmbios reprodutivos da humanidade. Um problema cuja solução só pode ser de tipo socialista; porque sem solução socia-

lista o antagonismo mortal e a confrontação hegemônica necessariamente sempre crescentes das potências principais, em concorrência entre si pelos mercados, podem se resolver somente em uma ameaça catastrófica para a sobrevivência da humanidade. Para dar somente um exemplo: daqui a dois ou três decênios, a economia da China (mesmo no ritmo do desenvolvimento de hoje) está destinada a superar folgadoamente o poder econômico dos Estados Unidos, e isso graças a um correspondente potencial militar. E, na velha e boa tradição do “pensamento estratégico”, nos Estados Unidos já estão presentes “teorias” que prevêm a solução necessária a esse imenso desafio econômico, através de algum “ataque preventivo”.

A crise estrutural do capital é a manifestação do choque do sistema com os seus próprios limites intrínsecos. A adaptabilidade desse modo de controle do metabolismo social podia nos levar até onde a “ajuda externa”, compatível com as suas determinações sistêmicas, o permitisse. O próprio fato de que a necessidade dessa ajuda voltasse a surgir – e que, não obstante todas as mitologias, continuasse a crescer ao longo de todo o século XX – sempre foi uma indicação de que isso fosse algo de muito diverso da normalidade da extração e apropriação do sobretrabalho, para contrabalançar as graves “disfunções” do sistema. O fato é que – em contraste com aquilo que acontecerá no futuro, dado o desdobramento dessa crise sistêmica – durante a maior parte de nosso século o capital conseguiu digerir a subministração de remédios diversos. Não somente isso. Nos poucos países capitalistas avançados – e somente aí – o capital pôde celebrar a sua fase de desenvolvimento expansionista de sucesso mais óbvio durante o intervencionismo keynesiano de Estado nos dois decênios que se seguiram à guerra.

A gravidade da crise estrutural do sistema de capital lança um grande desafio estratégico e oferece, ao mesmo tempo, algumas novas e vitais possibilidades de nos confrontarmos com esse desafio. O que deve ser salientado neste ponto é que, não obstante a abundância e a variedade das formas de “ajuda externa” no século XX – muito diversas daquelas das fases iniciais do desenvolvimento capitalista, quando a “ajuda externa” política no absolutismo (como fazia lembrar Marx se referindo a Henrique VIII e outros) era instrumental, aliás vital para estabelecer a normalidade e o bom funcionamento do capital como sistema abrangente – todas essas intervenções, em nossos tempos, se demonstraram insuficientes para garantir a estabilidade permanente e a vitalidade contínua do sistema. As

intervenções de Estado no século XX podiam somente intensificar a hibridação do capital como sistema de reprodução social, acumulando, no processo, grandes problemas para o futuro.

É por isso que o capital teve
que procurar demolir todos os
obstáculos que encontrava no
caminho de seu pleno
desenvolvimento; e é por
causa disso que deve continuar
a fazer a mesma coisa, até
quando o seu sistema
sobreviva.

Nos anos que nos esperam à frente, a crise estrutural do capital – que toma a forma da insuficiência crônica da ajuda externa no estágio atual de desenvolvimento – está destinada a se tornar sempre mais profunda. Os próprios jornais neoliberais que pregam “a remoção das fronteiras do Estado” pedem de maneira descarada a máxima intervenção do Estado quando a economia japonesa – ou a dos “tigres asiáticos” – entra em crise. A regra neoliberal é a “nacionalização” (isto é, a estatização) das bancarrotas, e, quando as empresas ficam saneadas, é a “privatização” do lucro. Mas o que acontece quando o Estado vai à bancarrota? Essa crise sistêmica, com efeito, está destinada a repercutir em todo o globo, também nos cantos mais escondidos do mundo, atingindo todos os aspectos da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais até os aspectos intelectuais e culturais mais mediados.

Com certeza, uma mudança historicamente praticável pode ser somente uma mudança epocal que vise à superação do próprio capital como modo de controle do metabolismo social. Isso implica uma transformação de alcance muito maior da superação do sistema feudal por parte do sistema de capital. Porque é impossível ir além do capital sem uma superação radical da subordinação hierárquica do trabalho a uma qualquer força estranha dominante, em contraste com uma simples mudança da forma histórica específica com que é perpetuada a extração e a apropriação do sobretrabalho, como sempre aconteceu no passado.

A ideologia da globalização, muito difundida em nossos dias, possui dois aspectos principais. O primeiro consiste no uso cinicamente propagandista de um argumento, a inevitabilidade da globalização, com a finalidade de “educar” a classe trabalhadora a ter “bom senso” – sobretudo nos países mais avançados do ponto de vista capitalista –, fazendo assim com que aceite não somente a necessidade mas também o justo caráter da redução do salário e das condições de trabalho sempre piores (incluindo o trabalho precário), em nome da “disciplina do mercado mundial” e da “concorrência inevitável”, por parte dos operários dos países subdesenvolvidos (em primeiro lugar os “tigres” asiáticos, hoje bastante humilhados, mas até ontem idealizados). O segundo aspecto é muito diverso, no sentido de que não foi inventado para uso dos outros, mas é genuinamente assumido pelos porta-vozes do sistema. Esse aspecto consiste na convicção – na verdade, no mero desejo, – de que a força da globalização vitoriosa esteja resolvendo, de maneira permanente, todas as contradições do seu sistema, para o qual “não existem alternativas” (*There is no Alternative*).

Na verdade, o desenvolvimento sócio-econômico atual coloca em destaque duas leis tendenciais fundamentais do capital globalizante:

1) a espiral em queda, perversamente niveladora, do índice diferencial de exploração em todas as partes do mundo;¹⁰

2) o avanço pavoroso do desemprego crônico e “estrutural” que atinge todas as categorias do trabalho,¹¹ obrigando o antagonista do capital a buscar uma alternativa hegemônica positiva ao sistema existente.

Isso porque, em nossos tempos, também os problemas mais parciais exigem uma solução globalmente sustentável, dado o estágio do desenvolvimento histórico do capital globalizante e a resistência furiosa de suas personificações contra qualquer iniciativa a favor do trabalho.

As personificações do capital podem assumir muitas formas, desde o capital privado até à teocracia de nossos dias, e desde os ideólogos e homens políticos da “direita radical” aos burocratas de partido e de Estado pós-capitalistas. Estes últimos podem até se apresentar com disfarces políticos, exibindo a moda do “*New labour*” – como o governo atual na Inglaterra, por exemplo – para poder, dessa forma, difundir com maior facilidade essa mistificação com o objetivo de tornar sempre mais forte o domínio do capital. Tudo isso, porém, não pode resolver a crise estrutural do sistema e a necessidade de superá-la com a alternativa

hegemônica do metabolismo social do trabalho no lugar do capital.

É isso que inscreve na agenda histórica a tarefa da rearticulação radical do movimento socialista como movimento de massa sem compromissos. Pôr fim à trágica e autodesarmante separação entre o assim chamado “braço industrial” do trabalho (sindicatos) e o seu “braço político” (partidos tradicionais) e embarcar em uma ação direta, politicamente consciente, no lugar de aceitar humildemente as condições sempre piores, impostas aos produtores, das regras pseudodemocráticas do jogo parlamentar, estes são os objetivos que orientam os passos de transição, necessários a um movimento socialista revitalizado em futuro próximo. A submissão contínua ao curso de desenvolvimento globalmente destrutivo do capital globalizante não é realmente uma alternativa.

NOTAS

- 1 Karl Marx, *Gundrisse*, p. 278.
- 2 Sobretudo superando a proibição da venda e da compra tanto da terra como do trabalho, assegurando, desta forma, o triunfo da alienação em qualquer esfera.
- 3 Enormes massas de pessoas conseguem apenas sobreviver (se sobrevivem) na economia tradicional, e o número daqueles que permanecem completamente marginalizados, mesmo com a esperança – em geral vã – de qualquer trabalho no sistema capitalista, desafia qualquer compreensão. Assim, “enquanto que o total de desempregados registrados nas agências de trabalho era de 336 milhões em 1993, o número das pessoas, no mesmo ano, que tinham um trabalho era, conforme a Comissão Planificadora, somente de 307,6 milhões. Isso significa que o número de desempregados registrados é mais alto do que dos empregados. E o índice de crescimento percentual de emprego é quase desprezível” (Sukomal Sen, *Working Class of India: History of Emergence and Movement 1830-1990, With an Overview up to 1995* (Calcutá: K.P. Bagchi & Co., 1997), p.554).
- 4 A crise crônica da acumulação como grave problema estrutural foi posta em relevo por Paul Sweezy e Harry Magdoff em diversas ocasiões.
- 5 Hegel, *The Philosophy of History*, p. 39.
- 6 Hegel, *The Philosophy of Right*, p. 223.
- 7 *Ibid.*, p. 214.
- 8 Schumpeter costumava elogiar, com prazer, o capitalismo como uma ordem reprodutiva de “destruição produtiva”; hoje seria muito melhor caracterizá-lo sempre mais como um sistema de produção destrutiva.
- 9 *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition* (Londres/Nova York: Merlin Press & Montly Review Press, 1995).
- 10 “The Growing Equalization of the Differential Rate of Exploitation as the Global Trend Development of World Capital” em István Mészáros, *The Necessity of Social Control* (Londres: Merlin Press, 1971), p. 58; agora em *Beyond Capital*, cit., p. 891.
- 11 *The Necessity of Social Control*, pp. 54-55; agora em *Beyond Capital*, cit., pp. 889-890.